



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelfino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Meilo; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 20.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1992**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Djalma de Almeida Cesar, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Plauto Miro Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elio Rusch, Eurides Moura, Paulo Maia, Renato Adur e Rossoni (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário destaque na votação da Proposição nº 036/92, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 376/91.

Sala das Sessões, em 11.06.92

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 951

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, discussão e votação em separado da Proposição nº 38/92, veto apostado ao Projeto de Lei nº 265/91, que cria o Centro de Convivência de Mulheres.

Sala das Sessões, em 11.06.92

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO Nº 952

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que a discussão e votação das Proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 11.06.92

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente, solicitando discussão e votação em separado da Proposição nº 38/92, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 265/91. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o destaque para o Projeto de Lei nº 265/91 queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitem o requerimento queiram levantar-se. Vinte e seis rejeitam, oito aprovam. **Está rejeitado o destaque.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Plauto Miro Guimarães, constante do expediente, solicitando destaque na votação da Proposição nº 036/92, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 376/91. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o destaque queiram levantar-se. Dezoito (18) aprovam. Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Oito (08) rejeitam. **Está aprovado o destaque.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/92, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 246/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que estabelece as diretrizes da Política agrícola estadual e dá outras providências. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 037/92

Curitiba, 30 de março de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 004/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 246/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a "política agrícola estadual deve ser formulada e executada em conformidade com o preceito constitucional do cumprimento da função social da propriedade rural, devendo implementar o aproveitamento racional desta, a utilização adequada dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, o respeito às relações de trabalho, o favorecimento do bem-estar e o desenvolvimento econômico dos que vivem da atividade agrícola." Visa ainda adotar outras providências pertinentes à matéria em referência.

O veto parcial apostado incidirá sobre as disposições contidas no art. 46 e no § 1º, do art. 60.

O acima citado art. 46 não pôde merecer acolhimento em face da forma como está posta a medida, que, determinando recursos específicos para "pronta aplicação" com vistas ao atendimento de programas de suprimento das necessidades básicas e de recuperação econômica de agricultores atingidos por calamidades, desatende ao preceito contido no art. 135, inciso I, da Constituição Estadual onde se contém vedação para despesas não incluídas na Lei Orçamentária anual.

Este veto, é bom lembrar, não deixa desprotegido nenhum setor a calamidades, eis que, genericamente, são reservados recursos orçamentários próprios para atendimento de ocorrências imprevisíveis e de

calamidades públicas no território estadual, tudo, evidentemente, com base nas normas legais que regem a execução orçamentária. Ainda porque no texto vetado consta a expressão "pronta aplicação" considerada muito vaga e sem a necessária clareza.

O § 1º do art. 60 teve que ser vetado em razão de sua indiscutível inconstitucionalidade, pois, ao estabelecer a vinculação de recursos financeiros para o desenvolvimento agrícola e rural "nunca inferiores à participação relativa da agricultura e seu complexo agroindustrial na formação do PIB estadual", afronta no art. 135, inciso IV, Carta Estadual, que veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 246/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício DLT/SAT/nº 037/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 033/92, apostado ao Projeto de Lei nº 246/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que estabelece as diretrizes da política agrícola e dá outras providências.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto por esta Casa de Leis, obedecendo todos os trâmites legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.92

(a) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 035/92, VETO apostado ao Projeto de Lei nº 023/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 049/92

Curitiba, 10 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 035/92, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me oferece o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto

no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 023/92, em razão do fato de a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7947, de 19 de novembro de 1984.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 23/92 foi publicado no D.A. nº 05, de 20.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 35/92

VETO INTEGRAL AO PROJETO DE LEI Nº 23/92

P A R E C E R:

Procedemos a devida análise, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, do Veto Integral aposto pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 23/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro Beltrão, na forma que justifica.

O Veto governamental deu-se na observância dos prazos constitucionais, merecendo, portanto, a análise deste Poder Legislativo, cabendo ao Plenário manifestar-se sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 037/92, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que implanta no sistema de ensino público estadual, a Semana do "Ver e Ouvir", objetivando sanar deficiências no quadro estudantil. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 52/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 014/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 366/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a "Secretaria de Educação e Cultura em conjunto com a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social,

deverão, obrigatoriamente, ao início de cada ano escolar, promover a Semana do "Ver e Ouvir", consistente em exames auditivos e visuais, realizados por médicos habilitados proporcionando aos casos de deficiência encontrados, o correto tratamento e equipamento apropriado, de forma gratuita". No texto transcrito nota-se equívoco quanto à denominação das Secretarias de Estado.

Embora se reconheça a meritória preocupação do legislador, o Projeto de Lei em causa não pôde ser acolhido porque - pela forma ampla e genérica como está posta a medida, prevendo tratamento e equipamento inteiramente gratuitos para os casos encontrados, viria exigir recursos orçamentários não previstos na atual Lei de Meios, nem mesmo passíveis de previsão de montantes - caracteriza indiscutível inconstitucionalidade, eis que, se acolhido viria ferir o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual, o qual veda o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

Deve ser ressaltado que o veto aposto não deixará desatendidos os alunos pobres que apresentarem tais deficiências, pois os órgãos assistenciais do Estado têm desenvolvido todo esforço possível no sentido de minorar o problema.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 366/91 foi publicado no D.A. nº 101, de 21.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 037/92

P A R E C E R:

I - A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior, que implanta no sistema de ensino público estadual, a Semana do "Ver e Ouvir", objetivando sanar deficiências no quadro estudantil, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT/ nº 52/92.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apreciado.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/92, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 265/91, de autoria do Deputado DR. ROSINHA, que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivências de Mulheres, e dá outras providências. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 53/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 028/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 265/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, destinados a "acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra risco em decorrência de agressões ou ameaças por parte de seus maridos ou companheiros".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de sua inconstitucionalidade, pois, em razão da matéria versada, afronta o art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, onde está preceituado que leis tratando de criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública, como é o caso presente, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Tal inconstitucionalidade agrava-se mais ainda em face do art. 87, da Constituição Estadual, que, arrolando atos da privativa competência do Governador, contém, nos incisos IV e VI, dispositivos que também ressaltam o fato de estar havendo ofensa a normas do processo legislativo.

Por outro lado, vale mencionar que o veto apostado em razão da inconstitucionalidade antes apontada, não impede que os órgãos da Administração realizem estudos, aliás por mim já determinados, com vistas ao pleno cumprimento do disposto no art. 215, da Constituição Estadual, estudos esses que, uma vez concluídos, serão oportunamente submetidos à apreciação dessa Augusta Casa de Leis.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 265/91 foi publicado no D.A. nº 77, de 25.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 265/91

P A R E C E R:

Trata-se no caso de negação de sanção oposta pelo Chefe do Poder Executivo ao projeto aprovado nesta casa que "dispõe sobre a criação de Centro de Convivência de Mulheres, e dá outras providências", através do Ofício nº 53/92, de 13/04/92.

Dentro da faculdade prevista no § 1º do art. 71, da Constituição Estadual, o Governador vetou integralmente o referido Projeto e estribou suas razões na inconstitucionalidade da matéria por afronta ao art. 66, inciso IV, das disposições constitucionais.

É de se notar que quando da apreciação da matéria na C.C.J., a ilustre relatora Deputada Emilia Belinati, assim se manifestou:

"Embora a proposta esbarre em óbice constitucional, art. 66, I e IV, da Constituição Estadual...",

para logo em seguida comentar:

"Assim sendo, destacando-se principalmente o significado do Projeto de Lei para a luta das mulheres na proteção de seus direitos, manifestamos o nosso parecer favorável, permitindo o exame da matéria pelo douto Plenário".

O Senhor Governador admite que o art. 215, da Constituição Estadual, não foi cumprido pelo Poder Executivo, mas salienta que já determinou estudos para seu pleno cumprimento.

Pelo princípio da reserva de lei, data venia, efetivamente a matéria é de competência privativa do Senhor Governador.

Os prazos estabelecidos constitucionalmente para o VETO foram observados.

Diante disso encontra-se a presente matéria em condições de ser submetida à apreciação pelo Plenário desta Casa.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/92, VETO apostado ao Projeto de Lei nº 089/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que dispõe sobre a obrigatoriedade de registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumiram cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participem de comissão de licitação na administração direta, indireta ou fundacional, no Estado do Paraná, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto

em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N° 54/92

Curitiba, 13 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 011/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 89/91, pelos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios do patrimônio daqueles que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação na administração direta, indireta e fundacional do Estado.

Ainda que pese a intenção do autor com vistas à transparência e a plena moralidade no serviço público estadual, o referido Plano não pôde merecer acolhimento em razão de ordem técnica que impediria seu fiel cumprimento, caso fosse transformado em lei. Tal afirmativa refere-se às disposições do § 1°, do art. 2°, quando se refere ao registro de bens do Governador, do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos Deputados Estaduais. Ora, tais disposições, sob o enfoque da melhor técnica legislativa, deveriam estar inseridas no "caput" do artigo, para que se pudesse referenciá-las em seu parágrafo. Assim, da maneira como está posta, constitui-se em norma solta, sem a devida vinculação ao objeto principal.

Outro aspecto a ser considerado, refere-se aos efeitos da medida proposta, restringindo-se tão somente a autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, quando, naturalmente, mesmo por uma questão isonômica, deveria estender-se, também, às esferas do Judiciário. Por esta razão e procurando corrigir tal distorção, este Poder Executivo deixa de acolher o Plano de Lei em apreço, e encaminhará Mensagem a essa augusta Casa, versando sobre a mesma matéria, porém, com abrangência sobre o conjunto dos Órgãos Públicos do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 89/91 foi publicado no D.A. n° 24, de 21.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 039/92

P A R E C E R:

I - A presente Proposição veta o Projeto de Lei n° 089/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de bens e valores próprios ao patrimônio dos que assumirem cargo ou função de direção e assessoramento superior ou participarem de comissão de licitação da administração direta, indireta e fundacional, no Estado do Paraná, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 54/92.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apreciado.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder à votação de todos os vetos, excluindo-se o 036/92. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão manifestar-se votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM". Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão "NÃO".

O DR. ROSINHA - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta sessão extraordinária temos seis projetos para analisarmos o veto. Projetos estes dos mais diversos temas, indo da questão da violência contra as mulheres à lei agrícola, à implantação do sistema de ensino público, ao repasse das multas, o percentual das multas cobradas no trânsito da cidade.

São projetos que vão de A a Z sobre temas específicos.

Nós, da bancada do PT, solicitamos destaque para aprovação para votação da Proposição n° 38/92 que foi o veto apostado ao Projeto de Lei n° 265/91. Tal requerimento de destaque foi votado e derrotado pela Bancada de apoio ao Governo de Roberto Requião.

Bancada composta pelo PMDB e por Deputados de outros partidos que atuam fisio-

logicamente apoiando o Senhor Governador muito provavelmente em troca de favores pessoais e aí é necessário dizer: Sim, Senhor, nesses momentos. Nós pedimos destaque porque é necessário que cada tema seja analisado com o que diz respeito às suas especificidades, e que se há vetos corretamente colocados e vetos incorretamente colocados ambos têm que ser discutidos, se há vetos que são colocados em cima de projetos de alto caráter social como é este nós temos que discutí-lo profundamente se vamos mantê-lo ou não.

Eu sei qual é a intenção da Bancada que votou contrário ao requerimento, é a intenção de servir o Poder Executivo, de servir o Governador Roberto Requião, de servir-se do próprio Governador visando seus objetivos pessoais e personalísticos. Esse projeto vetado pelo Senhor Governador vinha simplesmente regulamentar a Constituição Estadual que já aprovada há dois anos e meio, e ninguém do Poder Executivo tem se preocupado em complementar essa Constituição, de tornar legal os direitos ali garantidos.

A nossa preocupação foi nesse sentido, mas a Bancada governista demagogicamente num primeiro momento vota favorável porque sabe que pode tornar público qual é a posição de cada um dos Senhores Deputados. Agora no voto secreto ela sabe que ninguém fica sabendo qual foi a posição assumida. Se num primeiro momento disse favorável para justamente pedir voto para um setor da sociedade, nesse segundo momento como o voto é secreto não corre o risco de expor-se juntamente ao eleitorado. Nós sabemos que a violência cotidiana das ruas é repetida dentro das casas não importa a classe social se A, B, ou C, do nosso Estado. Quem é advogado ou quem milita junto aos movimentos populares e sociais, e quem não é cego e nem surdo que consegue ouvir clamor e consegue ler a imprensa, sabe perfeitamente os fatos que andam ocorrendo nas nossas cidades e no nosso Estado que é o espancamento e a violência do homem em relação a mulher. Basta ir na delegacia da mulher para saber quantas queixas são registradas durante as 24 horas do dia, basta olhar para a casa do nosso vizinho ou alguém pode olhar para dentro da sua própria casa, dentro da sua própria família e constatar a violência que aí se têm, a violência do espancamento, a violência da agressão verbal. Violência essa que se a mulher registrar queixa em qualquer delegacia ao voltar para casa é novamente espancada, é novamente recriminada, é novamente oprimida. E é justamente no sentido de que a mulher pudesse criar maior independência quando sofresse violência foi que nós apresentamos esse Projeto. Visando isto a mulher se registrasse a queixa em

qualquer delegacia ela não precisaria ir para sua casa mas sim para uma casa de convivência onde o Estado se responsabilizaria pela assessoria jurídica, médica, trabalhista, o que fosse necessário.

Argumenta o Senhor Governador que não existe verbas, que não tem a rubrica para a constituição e a criação desses centros. Basta ler a Lei Orçamentária, aprovada nesta Assembléia Legislativa, na qual o PT, a nossa Bancada colocou uma emenda atendendo a justamente essas necessidades, esse ano. Em função da argumentação deste Parlamentar de que tal emenda existia é que também, num primeiro momento, no ano passado este projeto foi aprovado nessa Casa Leis.

O que dá para constatar é que a política machista do relacionamento de violência entre homens e mulheres na sociedade é reforçada pelo veto colocado pelo Senhor Governador e será reforçado pelos Senhores Deputados se esse veto for mantido.

Nós não temos dúvida será a reprodução do espelho da sociedade dentro deste Parlamento, se esse mesmo Parlamento mantiver o veto.

Eu sei que a possibilidade, ao não aprovar tal requerimento, é remota; sei que é remota porque sei ler na cabeça dos Senhores Deputados que votaram contra o requerimento que o que eles desejam é manter o veto em todos os projetos, uma vez que vão votar o "a" misturado com o "b" e com o "c". Nós temos a certeza de que, provavelmente, este fato ocorrerá.

Eu conclamo aos Senhores Deputados que querem fazer do seu discurso a prática que votem derrubando o veto do Senhor Governador; agora tem que ser a todos os projetos uma vez que não quiseram votar em separado. Se não for a argumentação de que não querem derrubar o veto, somente resta outra leitura a se fazer ao querer votar tudo globalmente: a leitura de que querem ir para casa mais cedo do que ficar trabalhando até mais tarde analisando projeto por projeto. Eu não desejo fazer esta leitura e espero que seja esta a leitura feita pelos Senhores Parlamentares de quererem fazer com que a sessão termine o mais rápido possível, por isso, analisam os vetos de todos os projetos ao mesmo tempo. Eu quero acreditar que seja, talvez, mais um servilismo. E talvez seja difícil diferenciar, entre querer ir para casa e o sevilismo ao Senhor Governador, qual é o pior, qual é a pior situação que se passa.

Mas conclamos, assim mesmo, Senhores Deputados, a derrubada do veto, se nós quisermos construir uma sociedade sem repressão de gênero, sem opressão do homem com a mulher. Conclamo a derrubar este veto quem deseja construir o novo e quem deseja levar na prática a cabeça erguida de

dizer: eu estou contribuindo para o fim da repressão e a opressão do homem sobre a mulher.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. BRÁSILIO ZANUSSO - Sr. Presidente, apenas uma informação. Nós vamos votar todos os vetos com exceção do destaque ou inicialmente o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos os vetos foram anunciados pela Mesa. O destaque será após a votação de todos os vetos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Votaram vinte e nove (29) Srs. Deputados. Pela manutenção do veto: 22; pela rejeição: 6; brancos: 01.

São mantidos os vetos; rejeitados os projetos.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal para votação do veto 36/92.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 20 (vinte) dos Senhores Deputados votaram. Não há quórum qualificado para votação do Veto. O Veto continuará na Ordem do Dia.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 036/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 376/92, de autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES, dispõe que os valores provenientes de recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, qualquer que seja a denominação onde estiver implantado no Estado, reverterão integralmente ao Município beneficiado, na forma que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. - Encerrada a discussão.

OF/DTL/SAT Nº 51/92.

Curitiba, 13.04.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 015/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 376/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reverter 20% do produto da arrecadação de multas decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, nas localidades do Estado onde se ache implantado, aos respectivos municípios.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre do fato de que os questionados recursos, provenientes de multas de solo, embora ingressem no Tesouro do Estado, constituem receita do FUNRESTRAN, conforme determina a Lei nº 6.264, de 10.01.72, onde, compondo caixa único, objetivam proporcionar recursos financeiros para o reequipamento do DETRAN e da PMPR, conforme os seguintes percentuais: 40% para o DETRAN; 60% para a PMPR, sendo que destes 16% são destinados aos Batalhões de Trânsito.

Ora, é inegável que tais recursos retornam à localidade de origem, não em espécie, como dispõe o Projeto, mas em termos da garantia de maior eficiência nos serviços de policiamento ostensivo e de fiscalização de trânsito, oferecidos pelo Estado a todas as células político-administrativas do Paraná. Desta forma, a pretendida reversão, na proporção de 20% do produto das referidas multas aos Municípios, sem a menor dúvida, prejudicaria os programas de reequipamento do DETRAN e da PMPR, o que, em última análise, significariam prejuízos às comunidades que, inevitavelmente, sentiriam redução nas ações dos referidos órgãos de segurança.

Vale ainda ressaltar que aos Municípios já pertence 50% do produto bruto da arrecadação do IPVA, incidente sobre os veículos licenciados em seus territórios.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 376/91 foi publicado no D.A. nº 104 de 27.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO GOVERNAMENTAL

Projeto de Lei nº 376/91

P A R E C E R:

Analisando o Veto aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 376/91, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Fi-

Iho, constata-se que o referido Veto está em condições de ser apreciado por esta Casa Legislativa, uma vez que está de acordo com os preceitos constitucionais vigentes, no que respeita a competência e prazo, bem como, por ser considerado contrário ao interesse público.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela apreciação do Veto.

Sala das Comissões, em 05.05.92.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente;
OSWALDO TREVISAN - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.